

Termo de Referência 7/2023

Informações Básicas

Número do TR UASG **Editado por** **Atualizado em**
 7/2023 784800-BASE NAVAL DE VAL-DE-CAES ROBERTO DIAS DAMACENO 02/10/2023 09:05 (v 5.0)
Status
 CONCLUIDO

Outras informações

Categoria **Número da Contratação** **Processo Administrativo**
 II - compra, inclusive por encomenda; 63042.002130/2023-13

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de futura e eventual de materiais de combate a incêndio, a fim de dotar eficientemente a Seção de Controle de Avarias da Base Naval de Val de Cães (BNVC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UF	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Abrigos para mangueiras de incêndio - confeccionados em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro). Pigmentados durante a fabricação com gel coat com aditivo contra raios Uv's. A porta é sobreposta à caixa, prevenindo infiltrações de água, dispensando pingadeiras. Cor: Vermelho Munsel 5R4/14. Dobradiças e rebites de fixação em aço inox 304. Fecho e rebites de fixação em	604784	UN	15	30	R\$ 313,75	R\$ 9.412,50

	<p> aço inox 304. Puxador em Poliamida + PRFV. Visor em poliestireno cristal com perfil de borracha de acabamento / vedação. Com 1 berço tipo meia lua para 2 mangueiras de 30m + prateleira para acessórios. Furação na região frontal, com função de respiro.</p> <p>Capacidade: 2 mangueiras de 30m + acessórios.</p> <p>Altura: 90cm Largura: 60cm Profundidade: 30cm Peso aproximado: 11kg</p>						
2	<p>Alicate universal isolado 8". Produzido em aço vanádio e empunhadura em polímero; possui acabamento escurecido e faces lixadas; tratamento térmico e corte temperado por indução com dureza; permite cortar, puxar, segurar e dobrar fios; indicado para cortar todos os tipos de arame; para arame com dureza média, diâmetro máximo de 1,6 mm e resistência à tração de 1600 N/mm²;</p>	445372	UN	3	5	R\$ 33,36	R\$ 166,80
	<p>Arco de serra ajustável. Arco em aço tubular; cabo anatômico, fechado, de plástico resistente, assegura comodidade e firmeza no</p>						

3	manuseio. Projetado para serras de 300mm, cuja tensão se dá por uma porca borboArco de serra ajustável. Arco em aço tubular; cabo anatômico, fechado, de plástico resistente, assegura comodidade e firmeza no manuseio. Projetado para serras de 300mm, cuja tensão se dá por uma porca borboleta localizada na parte frontal do arco, facilitando o tensionamento da lâmina.leta localizada na parte frontal do arco, facilitando o tensionamento da lâmina.	311040	UN	1	2	R\$ 18,92	R\$ 37,84
	Equipamento autônomo de proteção respiratória com cilindro de aço leve. Máscara Autônoma: Máscara Facial composta por uma peça facial inteira de tamanho único, com visor transparente, fixado através de encaixe específico e fixado a um aro em material metálico. O corpo da peça de cor preta (confeccionado em neoprene). Nas bordas do mesmo estão cinco hastes dotadas de presilhas ajustáveis, onde estão fixadas as pontas de um tirante elástico, sendo que na parte inferior da haste, através de dois pontos está presa uma tira em material tipo tecido, utilizada para descanso da peça, quando não em uso. Na parte frontal						

4	<p>inferior, possui o dispositivo de diafragma de voz, a mascarilha com válvulas de inalação e um suporte com uma válvula de exalação especial. Na parte externa do dispositivo, há um bocal dotado de encaixe especial para uma válvula de demanda PP. Válvula de demanda e redutor de pressão da máscara autônoma: A válvula de demanda possui um bocal em material metálico, uma haste lateral com conexão para uma mangueira de média pressão e um botão localizado na sua parte superior. A mangueira de média pressão possui em uma de suas extremidades fixada na válvula de demanda e a outra extremidade a um bico tipo engate rápido para acoplamento direto (engate rápido) com a peça redutora de pressão. O redutor de pressão, localizado na parte traseira do suporte costal é confeccionado em material metálico e possui mais duas saídas com mangueiras, sendo uma para o manômetro indicador da pressão do sistema e outra dotada em sua extremidade de suporte costal confeccionado em fibra de uma peça para o carona.</p> <p>Suporte da máscara autônoma: O suporte</p>	478016	UN	6	12	R\$ 6.434,00	R\$ 77.208,00
---	---	--------	----	---	----	--------------	---------------

<p>costal de cor preta confeccionado em fibra de carbono, e possui suas correias confeccionadas em material resistente, poliamida na cor preta, sã o</p> <p>almofadadas com faixas refletivas nos ombros e na cintura, sendo estas dotadas de fivelas de ajustes em material metálico e o fechamento na cintura é feito por uma fivela plástica com sistema de encaixe rápido. Ao suporte está presa uma fita nas mesmas características das correias, sendo esta dotada de ajuste para utilização de cilindros de diferentes dimensões. Na outra mangueira que está fixada ao redutor de pressão, há na sua extremidade superior um manômetro giratório e analógico, com escala fluorescente que indica a pressão de ar respirável no sistema, dotado de um alarme sonoro. O equipamento pode ser utilizado com cilindros confeccionados em diferentes capacidades e tamanhos.</p> <p>Cilindro da máscara autônoma: Cilindro em Aço Leve de 6 litros 300 bar, capacidade interna de 1800 litros de ar, com válvula reguladora de pressão. O cilindro possui válvula com manômetro indicador de pressão interna,</p>						
--	--	--	--	--	--	--

	localizada junto ao seu registro de abertura do ar. Autonomia de 45 minutos. EPI conforme NR nº 6 do MTE e detentor de Certificado de Aprovação - CA.						
5	Adaptador rosca fêmea x storz de 2 ½". Produzido em latão fundido, acabamento usinado com jateamento, de um lado tem rosca fêmea de 7,5-fios com bitola de 2 ½" e do outro lado saída tipo storz (engate rápido) de 2 ½". É destinada a instalação na saída da válvula globo angular com roscas NPT ou NSFHT para conectar as mangueiras de incêndio. Adaptador rosca fêmea x storz de 2 ½". Produzido em latão fundido, acabamento usinado com jateamento, de um lado tem rosca fêmea de 7,5-fios com bitola de 2 ½" e do outro lado saída tipo storz (engate rápido) de 2 ½". É destinada a instalação na saída da válvula globo angular com roscas NPT ou NSFHT para conectar as mangueiras de incêndio. São fabricados de acordo com as normas NBR 14349 e 16021.	295849	UN	30	47	R\$ 64,00	R\$ 3.008,00
	Adaptador com redução rosca fêmea						

6	2 ½" x storz de 1 ½". Produzido em latão fundido, acabamento usinado com jateamento, de um lado tem rosca fêmea de 7,5-fios com bitola de 2 ½" e do outro lado saída tipo storz (engate rápido) de 1 ½". É destinada a instalação na saída da válvula globo angular com rosca NPT ou NSFHT para conectar as mangueiras de incêndio. São fabricados de acordo com as normas NBR 14349 e 16021.	295465	UN	5	10	R\$ 66,30	R\$ 663,00
7	Capacete de segurança (tipo Bombeiro), na cor vermelha. Acabamento externo liso brilhante com resistência a impactos e chamas; revestido internamente com almofada de óxido de poliferuleno revestido com uretano expandido para resistir a impactos; quatro pontos de apoio fixo a cabeça, produzida em polímeros flexível; carneira tipo catraca de ajuste na parte traseira para moldar qualquer tamanho; viseira refletiva que protege a face e os olhos do usuário contra o calor radiante. EPI conforme NR nº 6 do MTE e detentor de Certificado de Aprovação - CA.	485461	UN	8	16	R\$ 1.800,00	R\$ 28.800,00

8	Bota de borracha isolada para 5000v, tamanhos de 38 a 44. EPI conforme NR nº 6 do MTE e detentor de Certificado de Aprovação - CA.	453118	UN	2	4	R\$ 36,39	R\$ 145,56
9	Luva segurança - material moleton, 100% algodão, aplicação combate a incêndio, características adicionais linha nº 10, comprimento do elástico até o dedo, comprimento 53 cm, modelo anti-flash, cor natural, largura 13 cm, gramatura 340 g/m2. EPI conforme NR nº 6 do MTE e detentor de Certificado de Aprovação - CA.	301405	UN	24	30	R\$ 98,00	R\$ 2.940,00
10	Luva de combate a incêndio (Bombeiro) - composto por tecido retardador de chama 240g/aramida, camada impermeável TPU e feltro de isolamento térmico; retardador de chama, impermeável, respirável, antiestático, com baixo encolhimento de pré-aquecimento. Aplicação: combate a incêndio. EPI conforme NR nº 6 do MTE e detentor de Certificado de Aprovação - CA.	269860	UN	12	24	R\$ 186,88	R\$ 4.485,12
	Capuz anti flash, com as seguintes especificações: confeccionado em malha de fibra aramida; semi-						

11	estática; fio batido nx 30 x 10/p, 300g/m2 +/- 5% em cada camada, fechamento em linha de aramida; fabricado com alongamento até os ombros ou não; a abertura dos olhos: total, 100 % antichama, reforço do próprio material costurado. e com bainha na parte inferior. Aplicação: combate a incêndio. EPI conforme NR nº 6 do MTE e detentor de Certificado de Aprovação - CA.	606437	UN	24	30	R\$ 66,49	R\$ 1.994,70
12	Lâmina de serra manual, material: aço rápido, quantidade dentes: 24 dentes por polegada, largura: 13 mm, comprimento: 300 mm, aplicação: arco de serra, espessura: 0,65 mm, características adicionais: flexível, resistente	375944	UN	5	10	R\$ 5,79	R\$ 57,90
13	Mangueira flexível combate incêndio camada dupla (engate rápido 2 ½") 15,00 mts, conforme normas técnicas ABNT nbr 11861.	374386	UN	15	30	R\$ 416,55	R\$ 12.496,50
14	Mangueira flexível combate incêndio camada dupla (engate rápido 1 ½") 15,00 mts., conforme normas técnicas ABNT nbr 11861.	338058	UN	15	30	R\$ 329,10	R\$ 9.873,00
	Esguicho regulável engate rápido tipo storz 1 ½" para mangueira de incêndio; vazão de 145 GPM a 100 PSI;						

15	bocal é regulável para três posições (fechado, jato sólido e neblina com variação de abertura do leque de até 120 graus), fabricado em latão fundido, de acordo com a NBR 6 9 4 1 e t e m acabamento usinado.	297211	UN	10	20	R\$ 134,00	R\$ 2.680,00
16	Esguicho regulável engate rápido tipo storz 2 ½” para mangueira de incêndio; vazão de 145 GPM a 100 PSI; bocal é regulável para três posições (fechado, jato sólido e neblina com variação de abertura do leque de até 120 graus), fabricado em latão fundido, de acordo com a NBR 6 9 4 1 e t e m acabamento usinado.	335766	UN	20	50	R\$ 147,00	R\$ 7.350,00
	Vestuário Proteção para combate a incêndio: Contendo jaqueta de aproximação para bombeiro - com fechamento frontal com zíper e aba com velcro, bolso frontal que tem a finalidade de porta rádio, dois bolsos laterais, gola alta, mangas longas modelo raglan, faixa refletiva dupla 75mm na cor amarelo/prata; Características: camada externa em tecido Thermex EN-R com 75% meta-aramida e 23% para-aramida e 2% fibra antiestática; tecnologia no sistema para rasgo (ripstop); barreira de umidade bi componente de						

17	<p>poliuretano respirável com aramida/melamina; barreira térmica dupla em tecido de aramida com viscose FR feltro de aramida. Tamanhos M e G, e Calça de Aproximação para bombeiro - Confeccionado com a camada externa em tecido Thermex EN-R material que se destaca pela resistência a chama por toda sua vida útil; com 75% meta-aramida e 23% para-aramida e 2% fibra antiestática, tecnologia no sistema para rasgo (ripstop); camada interna possui uma barreira de umidade bi-componente de poliuretano respirável com aramida/melamina e barreira térmica dupla em tecido de aramida com viscose FR feltro de aramida; suspensórios fixos em "H", faixa refletiva dupla 75mm na cor amarelo/prata. Tamanhos M e G.</p> <p>EPI conforme NR nº 6 do MTE e detentor de Certificado de Aprovação - CA.</p>	601259	UN	6	12	R\$ 3.577,77	R\$ 42.933,24
18	<p>Chave de mangueira articulada tipo marinha - Corpo e Garra: latão industrial de alta resistência; Pino: Aço Inox 316; Comprimento máximo: 250mm; Peso: 0,36 Kg; Uso para 1 ½" e 2 ½".</p>	601858	UN	10	25	R\$ 15,82	R\$ 395,50

19	O x í m e t r o /explosímetro - aparelho detector de explosivo por emanação de gás - aparelho detector de explosivo por emanação de gás, aparelho detector de explosivo por emana detector de gases ou explosímetro com certificado de calibração escalas de medição: -oxigênio: 0 a 30% - gases combustíveis: 0 a 100% lel - monóxido de carbono (co): 0 a 500 ppm - gás sulfídrico (h2s): 0 a 100 ppm.	606420	UN	1	2	R\$ 3.539,40	R\$ 7.078,80
20	Bomba Submersível Para drenagem e esgotamento 3CV trifásico 220V.	460336	UN	1	2	R\$ 1.683,84	R\$ 3.367,68
21	Tampão Cego Storz de 1 ½” com Corrente - O tampão Storz possui aplicação em saídas de bombas, saídas de válvulas, caminhões tanques e linhas de hidrante, é fabricado em latão industrial de alta resistência, com guarnição em borracha SBR.	477452	UN	5	10	R\$ 60,00	R\$ 600,00
22	Tampão Cego Storz de 2 ½” com Corrente - O tampão Storz possui aplicação em saídas de bombas, saídas de válvulas, caminhões tanques e linhas de hidrante, é fabricado em latão industrial de alta resistência, com guarnição em borracha SBR.	477452	UN	25	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00

23	Pé de Cabra 20x700 mm - Forjada em única peça, sem soldas e emendas; tratamento térmico diferenciado para maior vida útil; perfil hexagonal; desenho especial da unha para menor esforço do usuário; acabamento em pintura epóxi preta.	442124	UN	2	4	R\$ 44,00	R\$ 176,00
24	Extintor CO2 6kg - Extintor portátil com 06 kg de Dióxido de Carbono (CO2). Fabricado a partir de tubo de aço carbono sem costura SAE 1541 - médio Manganês, tratados termicamente por Normalização. Com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático. Mangote de borracha com reforço em trama de aço e difusor injetado em Polietileno com haste de aterramento.	391642	UN	25	50	R\$ 512,45	R\$ 25.622,50
25	Extintor de água pressurizada 10 L Extintor portátil composto por água potável; produzido em aço carbono, possui acabamento em pintura vermelha aplicada por processo eletrostático. Norma NBR 15808/10.	476677	UN	3	5	R\$ 150,00	R\$ 750,00
	Placa de Sinalização de Extintor - As placas de sinalização são fotoluminescentes e fabricadas em PVC						

26	2mm, não propagam chamas, com todos os ensaios laboratoriais exigidos pela norma vigente em conformidade com ABNT NBR 13434 emitidas pela ABNT certificadora, nos tamanhos 30 X 30 cm.	405980	UN	100	215	R\$ 15,85	R\$ 3.407,75
27	Lanterna de bombeiro anti explosão recarregável - Lanterna anti explosão, exclusivo LEDC4 de alto desempenho, à prova de impacto e 50.000 h de vida útil, corpo em nylon à prova de impacto na cor laranja, lente em policarbonato inquebrável com película anti-risco, botão no topo, clipe para cinto, argola de fixação. Bateria de lítio inteligente de 6,2 V e 1,5 A h, recarregável; À prova de impactos de até 2 m de altura; r esistente a água – IP66.	439319	UN	4	8	R\$ 57,07	R\$ 456,56
	Derivante para uso em mangueiras de incêndio (Redução em “Y”), de fecho rápido tipo “Y”, é utilizado em sistemas de combate a incêndios, para duplicar ou triplicar os pontos de mangueiras de combate a incêndio. Fabricado em latão de alta resistência ou Bronze ASTM; Vedação: PTFE,						

28	Neoprene; Conexão de entrada: 2 ½” engate rápido tipo “Storz”; Conexão de saída: 02 saídas de 1 ½” engate rápido tipo “Storz”; Fechamento por válvula esférica de ¼” de volta; Pressão de trabalho: 14 kgf/cm²; Pressão de teste: 21 kgf/cm²; Acabamento: Escovado.	432952	UN	2	5	R\$ 857,95	R\$ 4.289,73
29	Líquido gerador de espuma AFFF 6% - bombona com 20 litros, norma ABNT nbr 15511, composição: tensoativos fluorados, hidrocarbonos, e solventes.	613278	UN	15	30	R\$ 892,50	R\$ 26.775,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:							R\$ 280.171,68

1.2. No intuito de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, em atendimento ao inciso I, do Art. 48, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 c/c Art. 6º, do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, todos 29 itens deste certame são destinados exclusivamente para ME e EEP.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 90(noventa) dias, contados do recebimento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. No caso de divergências entre as descrições e especificações constantes do Catálogo de Materiais do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (CATMAT) e do presente Termo de Referência, **prevalecem estas últimas.**

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Em que pese a obrigatoriedade do objeto da contratação encontrar previsão no Plano de Contratações Anual 2023, destaca-se que as Forças Armadas (FFAA) estão dispensadas da elaboração do PCA, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Para a presente contratação o critério de sustentabilidade é aquele inserido no item 4.1 do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não se vislumbrou técnica e economicamente viável a indicação de marcas ou modelos específicos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da exigência de amostra

4.3. Na presente contratação não se exigirá amostras.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Garantia, manutenção e assistência técnica

4.5.1. Dada a natureza técnica e características do item 20 deste Termo de Referência, o prazo de garantia contratual e complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.5.2. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.5.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do bem pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.5.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.5.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.5.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do bem que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.5.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.5.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO

OBJETO Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15(quinze) dias, contados da ordem de requisição e respectivo recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rodovia Arthur Bernardes s/n, bairro Val de Cães, CEP: 66115-600, na Divisão de Material, de segunda-feira a sexta-feira no período de 08:00 às 11:30hs e 13:15 às 16:30hs.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento nem parcial ou total, uma vez que a antecipação do pagamento não é condição indispensável para a obtenção do bem, ou propiciará sensível economia de recursos (art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO

FORNECEDOR Forma de seleção e critério de julgamento da

proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, a critério da Seção de Controle de Avarias, bem como pela disponibilidade de recursos orçamentários.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ao menos 1(um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.28. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração (Pregoeiro/equipe de apoio), cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, sempre que necessário para aferir aspectos como exequibilidade e pertinência entre o(s) bem(ns) e valores ofertados .

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 280.171,68

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 280.171,68 (duzentos e oitenta mil, cento e setenta e um reais e sessenta e oito centavos).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do eventual e futuro Contrato .

9.3. Como a presente licitação é para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, uma vez que a presente aquisição utilizar-se-á a modalidade do Sistema de Registro de Preços - SRP.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ JORGE BOTELHO BORGES

Equipe de apoio

ROBERTO DIAS DAMACENO

Equipe de apoio